



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Projeto de Lei nº 74 / 2006

Lei nº _____ / 2006

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.160, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.


A Câmara Municipal de Guanhanes, através de seus Representantes legais aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 5º da Lei nº 2.160, de 21 de Dezembro de 2005 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - Ficam os Poderes da Administração Direta e Indireta, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 30% (Trinta por cento) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização provenientes de:"

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Lei em vigor, na data de sua publicação.

Guanhanes, 15 de Dezembro de 2006.


OSVALDO CASTRO PINTO
Prefeito Municipal

Aprovado em 19.02.06 discussão
Sala das sessões 21/12/06

[Assinatura]
PRESIDENTE

A SANÇÃO

Sala das sessões 21/12/06

[Assinatura]
PRESIDENTE

PARECER DA COMISSÃO DE

Legislação, Justiça e Redação
Analisando o Projeto de Lei nº 99/1.06

SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO, e
devolvemos nesta data. Sala das Sessões, C.M.G.,
aos 21/12/06

PRESIDENTE [Assinatura]

1º MEMBRO [Assinatura]

2º MEMBRO [Assinatura]

APROVADO

21/12/06
[Assinatura]

PARECER DA COMISSÃO DE

Finanças

Analisando o Projeto de Lei nº 99/1.06
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO, e
devolvemos nesta data. Sala das Sessões, C.M.G.,
aos 21/12/06

PRESIDENTE [Assinatura]

1º MEMBRO [Assinatura]

2º MEMBRO [Assinatura]

[Assinatura]
Agelo
[Assinatura] Nelson Soares Ribeiro



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Exposição de motivos

Exmo. Sr. Presidente e Demais Vereadores,

O projeto de lei ora encaminhado trata do aumento do percentual para suplementação no orçamento de 2006 para 30% (trinta por cento) da despesa autorizada.

Considerando que o percentual de 25% (vinte e cinco) por cento autorizado na Lei Orçamentária para suplementação no exercício de 2006 foi utilizado tanto pelo Poder Executivo, Poder Legislativo e Autarquias e que conforme levantamentos realizados pela Secretaria de Administração e Fazenda há a necessidade de elevar tal percentual, uma vez que despesas de grande vulto ainda serão empenhadas neste exercício para cumprimento de limites constitucionais.

Atenciosamente,

OSVALDO CASTRO PINTO
Prefeito Municipal